



INDÍGENAS E COLONIZADORES NO SERTÃO DA CAPITANIA DA PARAÍBA – 1740-1758

Jean Paul Gouveia Meira¹, Juciene Ricarte Apolinário²

RESUMO

No intuito de contribuir com a temática História Indígena na Paraíba, objetivou-se, neste projeto, analisar as relações interétnicas formadas pela interação dos sujeitos históricos, indígenas e colonizadores diante das diversas situações coloniais construídas numa região denominada de “sertão” da capitania da Paraíba, durante o período compreendido entre os anos de 1740 e 1758. Através do arrolamento de fontes manuscritas, leituras paleográficas em documentos advindos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa - Portugal, criação de um banco de dados, buscou-se rever posições historiográficas e construir a história das relações interétnicas entre povos indígenas e colonizadores no sertão paraibano, analisando os discursos oficiais, que direta ou indiretamente deram visibilidade as práticas culturais e ações de resistência dos povos indígenas. Para tanto, o presente trabalho possibilitou um revisionismo na produção historiográfica acerca da etno-história do sertão paraibano.

PALAVRAS-CHAVE: HISTÓRIA INDÍGENA, POLÍTICA INDÍGENA, POLÍTICA INDIGENISTA

INDIGENOUS AND SETTLERS IN THE CAPTAINCY OF PARAÍBA DEVIL – 1740-1758

ABSTRACT

In order to contribute to the thematic history indigenous Paraíba, if this project, review the inter-ethnic relations formed by interaction of historical, indigenous and settlers in front of the various colonial situations constructed in a region called “ Sertão ” of captaincy Paraíba, during the period years of 1740 and 1758. Sources through the arrolamento paleográficas reads handwritten documents arising out of Arquivo Histórico Ultramarino Lisbon-Portugal monochromes, creating a database, sought to review historical positions and to construct the history of inter-ethnic relations between indigenous peoples and settlers in the devil to paraibano, colonists in reviewing the devil official speeches, which directly or indirectly gave visibility practices cultural and actions of indigenous peoples ' resistance. To do so, this work continued revisionism in the production of historical about the production ethno-history of the devil to paraibano.

KEYWORDS: INDIGENOUS HISTORY, INDIGENOUS POLICY, INDIAN POLICY

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado da pesquisa realizada entre os meses de agosto de 2008 a julho de 2009, através de levantamento bibliográfico, documental e análise deste último relativo aos contatos interétnicos entre indígenas e colonizadores na região denominada de sertão da Capitania Real da Paraíba, entre os anos de 1740–1758. Trata-se, portanto, de um projeto voltado para a etno-história indígena, o qual possibilitou repensar afirmações simplistas de que tais indígenas, nessa região, foram apenas “atores coadjuvantes” do processo de expansão de limites econômico-territoriais dos portugueses. Nesta pesquisa,

¹ Aluno do Curso de História (Licenciatura e Bacharelado), Unidade Acadêmica de História e Geografia, UFCG, Campina Grande, PB, E-mail: jeanpaulhistoriador@gmail.com.

² Historiadora, Professora. Doutora, Unidade Acadêmica de História e Geografia, UFCG, Campina Grande, PB, E-mail: apolinarioju@hotmail.com.



PRPG Pré-Reitoria de Pós-Graduação
PIBIC/CNPq/UFCA-2009



procurou-se rever posições historiográficas e valorizar as ações de resistência dos povos indígenas da Paraíba no período colonial brasileiro.

Nesse contexto, o espaço humanizado que se abordou neste estudo foi o sertão, ou melhor, o que se entendia por sertão no contexto da conquista e colonização do interior da Capitania da Paraíba do período setecentista. Destacou-se que, nas representações simbólicas sobre o território colonial, tal região aparecia, quase sempre, como a oposição ao litoral colonizado, ou seja, um espaço misterioso, mítico, perigoso, uma terra onde habitavam seres hostis, não civilizados, despossuídos de valores e princípios da justiça, cristandade e estabilidade.

Segundo as idéias de Irineu Joffily (1892), a questão da alteridade entre os povos indígenas do litoral e sertão direcionam o imaginário que permeou todo o período colonial, pois as populações que viviam no litoral “possuíam” um caráter mais amistoso, diferentemente das do sertão, que são quase sempre relatadas como “índios bravios”.

Para tanto, o sertão era reconhecido como espaço a ser dominado e conquistado pela “onda” colonizadora. Como assevera Gilmar Arruda (2000) “[...] desde os primeiros conquistadores, os sertões são lugares de transformação de paisagens, de construção, de reelaboração e representações sobre o território e populações [...]”.

Munido desses nortes, foi possível mergulhar na documentação e verificar os deslocamentos dos povos ameríndios do sertão da Paraíba, entre os anos de 1740 e 1758, permitindo vislumbrar a sua localização espacial e visualizar, na documentação transcrita e analisada, a plasticidade das ações de resistência indígenas, sejam nos eventos conflituosos ou de acomodação, ou seja, na guerra e na “paz”. Foi possível também verificar as práticas da política indigenista portuguesa, especialmente as suas ações mais localizadas no sertão da Paraíba, muitas vezes personificadas nas atuações de missionários, corpo administrativo, colonos e sertanistas.

Para tentar identificar e analisar como os povos indígenas no sertão paraibano envolveram-se neste processo de alianças, guerras e paz que caracterizou a conquista do sertão, ou sertões, nordestino, no período colonial, mergulhou-se em uma leitura paciente em manuscritos (documentos coloniais) do fundo do Arquivo Histórico Ultramarino, advindos do Projeto Resgate Barão do Rio Branco do Ministério da Cultura, assim como nas narrativas de cronistas.

Esses documentos possibilitaram a análise de informações riquíssimas que, em sua maioria, não tinham sido tratados historicamente. O acúmulo de papéis substancialmente jurídico-administrativos, concebidos na colônia ou na metrópole, revela que, no processo de conquista de terras e organização econômico-social da Capitania Real da Paraíba, a administração colonial deparou-se com diversas situações coloniais que metamorfoseavam as práticas políticas indigenistas e incitavam as ações políticas indígenas.

Dentre essas diversas situações, podemos enunciar a carta do governador da Capitania da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, à rainha D. Maria I, em 28 de abril de 1786, temendo um levante de índios, como ocorreu na Vila de Montemor-o-Novo, queixou-se dos procedimentos ditos “tirânicos” do capitão-mor da Vila de Pombal, Francisco de Arruda Câmara, prendendo, matando e estuprando índios e índias, além de outros excessos, e não sendo punido pelas inflações que cometeu, por ter obtido um salvo conduto; provocando o ódio e a conspiração de grupos indígenas aliados, como os Korema e os Pegas:

Vendo homem a todas as luzes perverso, tão injustamente favorecida, teria rompido em um desespero excessivo, se eu não o mitigasse com a esperança da providência de Vossa Majestade, como exponho na referida conta, e é indispensavelmente, que não torne a entrar semelhante homem naquela Vila, que a tem ameaçado para lá ir fazer recrutas.³

Em contrapartida, uma carta do capitão-mor da Capitania Real da Paraíba, João Lobo de Lacerda, ao rei D. João V, em 5 de setembro de 1744, revela a enorme dificuldade em se catequizar os indígenas do sertão paraibano, porque estes últimos não aceitam, pacificamente, os meios espirituais pregado pelos padres carmelitas, nem a língua geral (o tupi-guarani) imposta no processo de aldeamento, lutando por sua liberdade:

³ Carta do governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, à rainha D. Maria I. 1786, abril, 28, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 29, D. 2149.



PIBIC/CNPq/UFPG-2009

Nem vivendo em suas liberdades serão muitos para reduzirem a nossa Santa Fé porque se os que estão nas aldeias doutrinados com o conhecimento de Deus, algumas vezes se esquecem da obrigação como católicos, e querem praticar os seus ritos gentílicos, e que proíbe os missionários, como estando na sua plena liberdade, andem para a redução de nossa Santa Fé, mas tendo quem os proíba os mesmos ritos!⁴

Nesse contexto, John Manuel Monteiro (1999) ao tratar do que ele denominou de “Historiadores dos Índios”, elucida que não é tarefa fácil identificar, documentar e interpretar os eventos, processos e percepções que envolveram as populações indígenas, haja vista que a documentação trata, na sua maioria, das visões dos colonizadores. Até mesmo algumas posturas historiográficas desqualificam os índios enquanto atores sociais legítimos.

O valoroso documento de época, conhecido como “Sumário das Armadas”, escrito pelo padre jesuíta Simão Travassos, nos fins do século XVI, nos revela o quanto o colonizador não conseguia aceitar as práticas culturais indígenas e sempre que descrevia os indígenas paraibanos os depreciavam criticando por exemplo: a nudez, a poligamia, o adultério, dentre outros fatores. Além disso, ele descreve tais indígenas, habitantes dos sertões nordestino, como imundos, comedores de ratos, passaros, bichos e plantas “venenosas”, além de exóticas; feiticeiros, tendo comunicações com o demônio; “gentios” inocentes, amigo das mulheres e brandos com elas, servindo e obedecendo aos sogros como a seus pais; invejosos, tudo que vêem nos brancos eles desejam; preguiçosos, brutos, desonestos, folgados, comilões, todos esses aspectos descritos nos mostram os vários estereótipos forjados no encontro de “eu”, “culto” e “civilizado”, para com o “outro”, distorcendo as múltiplas imagens. Sendo assim:

Este ardil nos não val com os pitiguares, (9) que, sendo o maior e mais guerreiro gentio do Brasil, que occupa do Parahyba até o Maranhão (600 leg.), tão unidos e conformes estão uns com os outros, que, de indústrias, assentaram, entre si, intregarem-nos a nós os seus delinquentes, para nós os-castigarmos, sem elles brigarem nem se desavirem nunca por isso: e assim o-dizem sempre, nas pulhas aos brancos, quando na guerra vêm á fala (TRAVASSOS, 1983).

Para tanto, o historiador Horácio de Almeida, vinculado desde muito jovem ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, contribuiu para uma produção historiográfica dita “tradicional”, na qual colocava os indígenas como sujeitos submissos e colaboradores do projeto colonial português. Foi assim que ele, em sua obra “História da Paraíba”, descreveu a “possível” colaboração dos indígenas para a conquista e fundação da Capitania Real da Paraíba:

Em poucos dias Martim Leitão conseguiu preparar um exército de mais de 500 homens brancos, uns a pé outros a cavalo, sem contar os índios domésticos e os escravos, pois estes serviam apenas de burro de carga. Como dinheiro não havia para o aprovisionamento da tropa, assumiu Martim Leitão a responsabilidade de todos os gastos, porque no Brasil tudo se compra fiado, conforme já dizia naqueles tempos o jesuíta Jerônimo Machado (ALMEIDA, 1997).

Entretanto, o historiador ao entrar em contato com a documentação histórica, não deve carregar consigo um filtro teórico-metodológico que o impeça de visualizar, nas entrelinhas documentais, os espaços intermediários das práticas políticas indígenas por onde passa a resistência. Repensar as formas de resistência indígena enquanto prática política é não aceitar tais afirmações historiográficas simplistas em que os indígenas eram “ferozes guerreiros selvagens” ou “seres fáceis e aptos à submissão” (SANTOS, 2002).

Silvia Porto Alegre (1998) assevera que, durante muito tempo, a historiografia brasileira se reportava aos indígenas como seres em processo de desaparecimento já que seriam, paulatinamente, integrados pela sociedade circundante. Por outro lado, as pesquisas dos últimos anos no campo da história e da antropologia revelaram que cada grupo indígena tinha um caráter étnico de posicionamento frente ao não-indígena. E mesmo que negados no plano discursivo, os grupos étnicos continuavam existindo e cada vez mais organizados, politicamente, afirmando as suas etnicidades.

⁴ Carta do abade do mosteiro de São Bento da Paraíba, frei Calisto de São Caetano, ao rei D. João V. 1747, abril, 18, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 14, D. 1204.



PRPG Pré-Reitoria de Pós-Graduação
PIBIC/CNPq/UFPG-2009



Recorrendo ao antropólogo Marshal Sahlins (1994), “os homens em seus projetos práticos e em seus arranjos sociais, informados por significados de coisas e de pessoas, submetem as categorias culturais a riscos empíricos [...]”. Em outras palavras, a cultura é um lugar complexo e rico, em que numa viagem de exploração em direção ao “Outro”, adotam-se múltiplos sentidos. Sendo assim, essa pesquisa dialogou com a Antropologia, tratando de culturas diferentes, tentando ao máximo não incorrer no erro de ser etnocêntrico.

Destarte, a pesquisa objetivou analisar as relações interétnicas formadas pela interação dos sujeitos históricos, indígenas e colonizadores, diante das diversas situações coloniais construídas numa região denominada de “sertão” da Capitania da Paraíba, entre 1740 e 1758, através de leituras paleográficas em documentos advindos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa – Portugal. Para tanto, revisitou-se a historiografia que versa acerca da história indígena; discorreu-se acerca da história dos primeiros contatos entre os povos indígenas e os colonizadores no processo de ocupação do sertão; verificaram-se os encaminhamentos dados pela administração colonial, fixados na Capitania Real da Paraíba, ao tratarem das questões indígenas; analisaram-se os discursos colonizadores que ora silenciavam, ora narravam às práticas políticas indígenas; e identificaram-se práticas políticas desses povos diante das ações colonizadoras dos não-indígenas.

METODOLOGIA

No início dessa pesquisa, no mês de agosto de 2008, foram indicadas algumas leituras teórico-metodológicas acerca da Nova História Política, visando à ampliação dos conhecimentos em torno da Teoria da História que analisa a nova importância do aspecto político nas produções historiográficas, as quais valorizam as ações de grupos sociais outrora “descartados” da historiografia oficial. Se não completamente descartados, ao menos negligenciados no seu ponto de vista participativo como agentes ou sujeitos da história. Trata-se, portanto, da valorização dos papéis históricos e práticas políticas dos chamados “vencidos”: o indígena, o escravo, a mulher, o prisioneiro, os operários, dentre outros.

Foram indicados como textos base ou fundamentais: o capítulo referente à Terceira Geração do livro “A Escola dos *Annales*” de Peter Burke (1997), o qual possui um subitem dedicado ao retorno à política; dois livros de Michel Foucault (1979; 1987) “Microfísica do Poder” e “Vigiar e Punir”, os quais revelam a grande importância das teorias foucaultianas sobre os diversos outros poderes existentes em uma estrutura política, que não o poder oficial; além do livro da Michelle Perrot (1988) “Os Excluídos da História”, o qual retrata a voz dos sujeitos históricos outrora silenciados pela historiografia oficial; dentre outras referências de caráter secundário para esta pesquisa.

Confrontando com tais leituras foram indicados o livro “Capítulos de História Colonial” de Capistrano de Abreu (2000), historiador vinculado à história dita “tradicional” produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e o volume I da obra “História da Paraíba” de Horácio de Almeida (1997), historiador paraibano vinculado ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Ambas as obras retratam da “antiga” história política preocupada com a legitimação de uma ordem baseada no nacionalismo, ou seja, as produções historiográficas eram voltadas para os grandes acontecimentos, e para os grandes feitos dos heróis nacionais. Vale ressaltar que os principais capítulos dos livros indicados foram fichados e revisados pela orientadora, criando assim, um banco de dados informativo para facilitar as releituras e reinterpretções dos conteúdos mais relevantes.

Simultaneamente, ainda em agosto de 2008 foi feito um levantamento documental sobre as principais fontes que retratam os povos indígenas da Capitania da Paraíba, durante o período compreendido entre os anos de 1740 e 1758, através do “Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa”⁵. Todos esses documentos levantados estão digitalizados e disponibilizados em CDs/Rom advindos do Projeto Internacional Resgate Barão do Rio Branco, do Ministério da Cultura, cuja orientadora foi uma das pesquisadoras brasileiras em Lisboa – Portugal, e doados ao Setor de Documentação e História Regional (SEDHIR) da Universidade Federal de Campina Grande.

⁵ OLIVEIRA, Elza Regis de; MENEZES, Mozart Vergetti de; LIMA, Maria da Vitória Barbosa (orgs.). **Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa**. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2001.

PRPG Pré-Reitoria de Pós-Graduação
PIBIC/CNPq/UFCA-2009

Em setembro de 2008, foram indicadas as leituras teórico-metodológicas sobre a temática História Indígena ou Etno-História Indígena, em forte diálogo entre História e Antropologia. O livro de John Manuel Monteiro (1995) “Negros da Terra”, o da orientadora Juciene Ricarte Apolinário (2006) “Os Akroá e Outros Povos Indígenas nas Fronteiras do Sertão”, e o do Pedro Puntoni (2002) “A Guerra dos Bárbaros”, dentre outros de caráter mais secundário, revelaram-se de extrema importância para a ampliação dos conhecimentos sobre a temática dessa pesquisa. Também foram indicadas as obras “Ilhas de História” de Marshal Sahlins (1994), “A Outra Margem do Ocidente” de Adauto Novaes (1999) e a coletânea organizada por Manuela Carneiro da Cunha (1992) “História dos Índios no Brasil”. Todo esse suporte teórico-metodológico revela uma preocupação em mostrar que os povos indígenas são agentes de sua própria história, e não meros “atores coadjuvantes” do processo de colonização empreendido pelos europeus ao longo dos séculos. Para tanto, foram realizados fichamentos dos capítulos iniciais que analisam todo um enfoque teórico em prol da construção de uma “profunda” história dos povos indígenas, revisados pela orientadora, e incorporado ao banco de dados.

Já em outubro de 2008, foram indicadas as leituras de fontes documentais da época colonial da história do Brasil, as quais mencionam aspectos sobre os indígenas que habitavam o território da Capitania Real da Paraíba, notadamente o sertão. Trata-se, portanto, do “Sumário das Armadas, valoroso documento de época escrito por um padre da Companhia de Jesus, Simão Travassos (1983), nos fins do século XVI, a mando do padre Christovam de Gouveia, o visitador da Companhia de Jesus no Brasil; e da “Descrição Geral da Capitania da Paraíba” elaborado pelo governador da Capitania da Paraíba, Elias Herckmans (1982), no tempo das invasões holandesas no Nordeste. Tais fontes revelaram-se como um forte suporte para entender como era a visão de mundo dos colonizados em direção ao “outro” indígena, sobrecarregada de fortes elementos perjurativos, distorcidos e etnocêntricos. Também foram feitos fichamentos, desta vez com semelhança a uma resenha crítica, revisados pela orientadora e incorporados ao banco de dados.

Paralelamente, ainda no mês de outubro de 2008, foram feitas as impressões dos documentos levantados do Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania da Paraíba. Participou-se do I Congresso Sergipano de História: História e Memória, evento organizado pela ANPUH (Associação Nacional de História), na seção regional de Sergipe, na cidade de Aracajú, nos dias 8 a 10 de outubro, apresentando o painel, referente ao PIBIC/CNPq, intitulado “Os ‘Atores Coadjuvantes’ da História da Capitania da Paraíba: os relatos e a produção historiográfica acerca dos povos indígenas”, o qual se trata de um levantamento das visões distorcidas sobre os povos indígenas na Capitania da Paraíba, através de documentos de época e de produções historiográficas dos membros do IHGP.

Logo em seguida, nos meses de novembro e dezembro de 2008, houve um treinamento paleográfico, o qual, foi de extrema importância para o primeiro contato com a documentação manuscrita, adquirindo experiência e aprendizagem no processo de transcrição e edição de documentos de história indígena da Paraíba Colonial. Durante o treinamento paleográfico, adquiriu-se um manual de abreviaturas paleográficas portuguesas⁶, indicado pela orientadora, para facilitar a transcrição dos manuscritos do período compreendido entre os anos de 1740 e 1758.

Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2009, passou-se a analisar a documentação sobre as relações interétnicas entre colonizadores e os povos indígenas do sertão da Capitania da Paraíba durante o recorte temporal dos anos entre 1740 e 1758, advindos do Arquivo Histórico Ultramarino. Para a transcrição dos manuscritos dialogou-se com as leituras teóricas para facilitar a compreensão da escrita da época. Trabalhando com tais fontes, elaboraram-se fichas-resumos, com os seguintes campos de informações: fundo arquivístico, tipo documental, data, autor, destinatário, assuntos relativos à questão indígena, grupo indígena citado e sua localização no espaço e no tempo, resistência indígena, ou seja, atitudes políticas diante do movimento colonizador. Estas fichas servirão para alimentar o banco de dados, possibilitando o manuseio de um grande número de informações documentais e a produção de textos para publicações.

Por fim, nos meses de abril, maio e junho do presente ano, houve a finalização da análise dos documentos transcritos, dialogando com as leituras teóricas, e partindo para a confecção de um relatório final, na forma de um artigo, sobre a temática pesquisada. Nos dias 7 e 8 de maio, na cidade de Maceió, participou-se do II Seminário do Laboratório de Estudos em Movimentos Étnicos (LEME), apresentando o painel, referente ao PIBIC/CNPq, intitulado “A Atuação da Junta das Missões nos Sertões da Paraíba Colonial: As relações interétnicas entre indígenas e colonizadores nos anos 1740-1758”, o qual se trata da compreensão das resoluções criadas e aplicadas pela Junta das Missões, localizada em Pernambuco, para

⁶ WUNE, E. Borges. **Abreviaturas paleográficas portuguesas**. 3ª ed. Lisboa, Edições 80, 1981.



PRPG Pré-Reitoria de Pós-Graduação
PIBIC/CNPq/UFPG-2009

as dúvidas temporais e econômicas, além dos problemas por que tem passado para fazer a catequização dos indígenas aldeados nos sertões da Capitania da Paraíba. Já nos dias 12 a 17 de julho, na cidade de Fortaleza, houve a participação no XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética, evento organizado pela ANPUH (Associação Nacional de História), através do painel intitulado “Indígenas e Colonizadores no Sertão da Capitania da Paraíba – 1740-1758”. Além disso, participou-se, entre o período de 19 a 25 de julho, na cidade de Belém, do XXIX Encontro Nacional dos Estudantes de História (ENEH), apresentando a comunicação “As Difíceis Interações Interculturais nos Sertões da Capitania Real da Paraíba: As demarcações e as cobiças das terras indígenas entre os anos de 1740-1758”, e ministrando o minicurso “História Indígena dos Sertões do Brasil: Novas Abordagens”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para uma melhor organização dos aportes teórico-metodológicos, procuramos sistematizar as discussões e os resultados dessa pesquisa sobre as relações interétnicas entre indígenas e colonizadores no sertão da Capitania Real da Paraíba, durante os anos compreendidos entre 1740 e 1758, em dois subitens: As práticas políticas indigenistas e as práticas políticas indígenas.

As Práticas Políticas Indigenistas

Inicialmente, partimos do pressuposto de que os colonizadores europeus buscavam a participação dos indígenas como parceiros comerciais, desde o início da colonização através da prática do escambo, ou seja, trocando foices, machados e facas pelo pau-brasil para a tintura de tecidos, mas também por curiosidades tidas como exóticas (papagaios, macacos, etc.). Nesse sentido, interessados nesse comércio do pau-brasil e de outras espécies, portugueses e franceses, por muito tempo, mantiveram políticas amistosas com povos indígenas que ocupavam, e ocupam, as regiões do atual estado da Paraíba, como os Potiguara habitantes do litoral, os primeiros a manterem contato com os colonizadores europeus, e os Tabajara que partiram dos sertões da atual região Nordeste para as terras ocupadas ao longo do Rio Paraíba do Norte.

Tal prática do escambo ou das trocas comerciais entre indígenas e colonizadores não apenas existia no início do processo de colonização efetuado pela administração da Coroa portuguesa nesse território, nem limitado ao litoral ou região costeira, mas perdurou por muito tempo em novos contatos interétnicos, principalmente, nas fronteiras do sertão, pois, existia um enorme fluxo de trocas e influências que partiam de ambas as partes em uma relação que vai do conhecido ao desconhecido (GRUPIONE, 2000). Em outras palavras, dentro do prisma da política indigenista, inúmeras vezes a política do escambo servia de alternativa para a “pacificação” dos indígenas considerados “hostis” ao processo de colonização praticado pelos europeus, oferecendo-lhes objetos de valor como o gado, terras desocupadas, armas de guerra, dentre outros, em troca de mão-de-obra, soldados de guerra, “almas” convertidas e diversas espécies de plantas e animais tidos como exóticos (PIRES, 2002). Nesse contexto, foi o que ocorreu em um acordo entre os portugueses e os indígenas do grupo Kariri, habitantes da atual região conhecida como Kariris Velhos (nas proximidades de Campina Grande) durante o ano de 1752, caracterizada nos seguintes termos:

... mudando a própria natureza receberam a melhor freguesia que nas aldeias poderá praticar-se, dando-lhes casas para as suas habitações e assistindo-lhes com todo o melhor...; e depois disto ficarão os capitães agradados e sujeitos aos mesmos brancos e conciliando com estes uma sumária paz, em todas as ocasiões que estes tem tido batalhas com os bárbaros...⁷

Entretanto, desde a época da instalação dos primeiros governos gerais e da política de criação das capitanias hereditárias, intensificando o processo de colonização lusa, as relações interétnicas entre

⁷ Requerimento dos capitães dos Índios Kariris, Manuel Homem da Rocha e Francisco Quaresma, ajudante Narciso Cardoso e mais soldados, ao Rei D. José I. ant. 1752, outubro, 5., Lisboa. AHU_ACL_CU_014, Cx. 16, D. 1335.



PRPG Pré-Reitoria de Pós-Graduação
PIBIC/CNPq/UFCA-2009



indígenas e colonizadores nas regiões do atual Estado da Paraíba foram sofrendo alterações, tensionadas pelos interesses em jogo que do lado europeu envolviam colonos, governo e missionários, mantendo entre si uma complexa relação feita de conflito e de simbiose. A Coroa tinha seus próprios interesses, fiscais e estratégicos acima de tudo, mas queria também garanti-la politicamente. Para tanto, interessavam-lhe a aliança com indígenas nas suas lutas com franceses, holandeses, espanhóis e outros povos indígenas na expansão de suas fronteiras. Assim que em 1585 foi fundada a Capitania Real da Paraíba, cuja aliança entre os portugueses e os Tabajara determinaram vitórias sucessivas ao “hostil” Potiguara, aliado dos franceses, pacificando as regiões em torno do Rio Paraíba do Norte, e fundando a primeira cidade da Paraíba (atual João Pessoa), desde então a capital administrativa. Sendo assim, para garantir seus limites externos, Portugal desejava “fronteiras vivas”, formadas por grupos indígenas aliados.

Nesse contexto, criou-se, desde então, a política dos aldeamentos legais, a qual tinha por características a proteção Real dos povos indígenas que fizessem aliança com os lusitanos. Portugal necessitava da ajuda dos nativos chamados “volantes” na guerra com os “bárbaros” do imenso sertão, desconhecido e selvagem, como soldados guerreiros, mas também servindo de intermediários nas conversações e acordos efetuados entre os portugueses e o chamado “gentio bravo”. Em troca, tais indígenas aldeados legalmente recebiam a devolução de suas terras tomadas durante a conquista, a aquisição de outras, a paz mantida por muitos anos, provimentos substanciais como alimento e bebidas, dentre outros benefícios. Podemos citar como exemplo os indígenas Tabajara que se localizavam no atual território do Conde, e eram fortes aliados dos portugueses, além de “índios protegidos” pela Coroa e aldeados legalmente, sofrendo um processo intenso de transculturação; porém, recebendo três léguas de terra em retribuição desde os tempos da conquista e povoação da Capitania da Paraíba:

...sendo concedido aos ditos índios três léguas de terras para as suas lavouras em atendência de haverem estes sido os procuradores e conquistadores no tempo das guerras que tiveram com os Potiguaras, ajudando sempre os brancos a conquista e povoação desta capitania, como tudo se manifesta na sua carta de data...⁸

Ademais, havia uma certa afinidade entre os indígenas do sertão da Capitania da Paraíba e os moradores dessa região porque ambos sofriam com a marginalização política, tendo suas reivindicações de terras, alimentos e gado renegadas pela burocracia metropolitana portuguesa. Muitas vezes, a rebeldia dos moradores era sempre comparada com as atitudes “selvagens” dos povos indígenas do sertão:

Para os mesmos Auxiliares aprenderem o manejo, a que muitas vezes o obriguei, preciso de armas que não há porque algumas velhas, que havia na Fazenda Real e que serviam para o referido manejo, foram para Pernambuco para consumo, e ficou esta praça sem providência para algum levante popular que é a maior parte de pardos e pretos aliados com os índios, fareis em se levantarem como aconteceu na Vila de Mamanguape que com trabalho subjuei chegando a pôr-se em armas mais de 600 ajudados...⁹

No entanto, também houve atritos entre indígenas e moradores dos vastos sertões da Paraíba Colonial, a partir do momento em que estes últimos estavam cobiçosos pelas terras produtivas e mão-de-obra escrava dos povos indígenas:

No que diz respeito a doutrinação dos índios pelos moradores dos lugares, estes terão interesse em se servirem deles como escravos, não mais parece ser este o meio mais acertado para opor suas magras liberdades. Enfim, para seduzir a maior submissão, o cativo, como parece ter mostrado para muitos que a morte os deixarão servindo como escravos, afeitos então, cederão e não procurarão que os índios sirvam ou não, mas uns duzentos acham Salvação se aprenderem jamais ser diferente ao Seu serviço; além de que há moradores tão nobres que imporão aos índios parte das matérias de nossa Santa Fé sem que poderão haver cegos juízos outros, sem que ambos se precipitem?¹⁰

⁸ Requerimento do Missionário e administrador dos índios da Aldeia de Jacoca, religioso de São Bento, padre frei Amaro da Purificação, ao rei D. José I. ant. 1757, outubro, 13, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 20, D. 1573.

⁹ Ofício do governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 1784, agosto, 14, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 28, D. 2133.

¹⁰ Ofício do prior do Carmo da Paraíba, João de Santa Rosa. 1747, abril, 17, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 14, D. 1201.



PRPG Pré-Reitoria de Pós-Graduação
PIBIC/CNPq/UFPG-2009



Um terceiro ator, importante, complicava ainda a situação nos ditos sertões da Paraíba no período colonial: a Igreja. Esta, com efeito, não era monolítica, longe disso. À tradicional oposição entre o clero secular e clero regular, acrescentava-se a rivalidade entre as diversas ordens, que significativamente eram chamadas de “religiões” a partir do século XVI. O sistema do padroado, em que o rei de Portugal, por delegação papal, exercia várias das atribuições da hierarquia religiosa e arcava também com as suas despesas, conferia um poder excepcional à Coroa em matéria religiosa. Por outro lado, o padroado se justificava pela obrigação imposta à Coroa de evangelizar as suas colônias. Se tal sistema criava obrigações para a Metrópole, ele também lhe sujeitava o clero (POMPA, 2003). Apenas os jesuítas, talvez pela ligação direta com Roma, talvez pela sua independência financeira que adquiriram, lograram ter uma política independente, e entraram em choque ocasionalmente com o governo e regularmente com os moradores. Em quase todas as ocasiões, o motivo da discórdia sempre foi o controle do trabalho indígena nos aldeamentos, e as disputas centravam-se tanto na legislação quanto nos pontos-chaves cobichados: a direção das aldeias e a autoridade para repartir os índios para o trabalho fora dos aldeamentos:

Enquanto a multiplicação dos presbíteros, vigários curas, ou coadjutores nas distâncias das dez léguas, que na cópia quer Vossa Excelência Diogo da Conceição, é muito necessário para que se administre o tempo áspero, e sem detrimento do povo sacramentado por ter presenciado nesses sertões, onde por algum tempo andei no serviço da Religião, vendo muitas pessoas indefesas brigarem, esperando alguma visita dos curas, ou a passagem de algum sacerdote, tanto para saírem da penitência, como do batismo de suas crianças.¹¹

Por fim, a metade do século XVIII foi marcada por uma grande preocupação da Coroa portuguesa com a reforma e o aperfeiçoamento do aparelho estatal e administrativo, fato que se estendeu às colônias. Foi implantada uma política de rigorosa laicização do Estado, implicando a expulsão de ordens religiosas, notadamente os jesuítas, o controle de todos os seus agentes em contato com as populações indígenas, e o confisco de suas propriedades. A figura central passaria a ser o Marquês de Pombal, que de 1750 a 1757 foi o primeiro ministro do rei D. José I. Tal processo histórico gerou a criação do chamado Diretório dos Índios em 1757, tendo por características não apenas a “liberdade” dos índios, como também a alteração da administração dos povos indígenas.

Tendo-se me feito várias representações de que o Juiz, e mais oficiais da Câmara esquecidos das Reais ordens com que os Nossos Soberanos, tem posto o maior cuidado em Cristianizar, Civilizar, e enobrecer os Índios dessa Vila, os prendem, e castigam, e tratam servindo-se deles com o desprezo, como de cativos, querendo governá-los, e as suas próprias terras, e querendo acatar desordens tão prejudiciais ao bem comum dos Índios; Declaro ao Juiz, e mais oficiais da Vila, que nenhuma jurisdição de potência tem sobre os mesmos Índios, nem ainda os Ministros os podem prender de potência, e só com culpa formada, fora dos casos que declara a Lei; vindo o Juiz a ter sobre os Índios, e suas terras, a mesma jurisdição, que tem sobre os homens brancos, e suas terras, como o determinam as Reais ordens, e para que o fiquem assim praticando, e cessem tão grandes transgressões das Leis, que se dirigem a desterrar os erros do Gentilíssimo, e a vigorar as Virtudes da Religião Católica, ordeno ao Juiz, e mais oficiais da Câmara tratem os Índios com amor, e afabilidade Cristã...¹²

Diante do exposto, o Diretório dos Índios tinha outros objetivos no projeto colonial português relativo a questão indígena, tais como a reorganização das aldeias depois do afastamento das diversas missões religiosas, a dilatação da fé cristã ou a propagação do Evangelho, a civilidade dos índios, o bem comum dos vassallos, o aumento da agricultura, a introdução do comércio, e finalmente, o estabelecimento, a opulência e a total felicidade do Estado português.

¹¹ Ofício do guardião do Convento de Santo Antônio da Paraíba, frei Francisco do Padre Eterno. 1747, abril, 17, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 14, D. 1203.

¹² Carta do governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, à rainha D. Maria I. 1795, maio, 21, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 32, D. 2328.



PRPG Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PIBIC/CNPq/UFPG-2009



As Práticas Políticas Indígenas

Ao longo do tempo foi construído pela historiografia a idéia de que os indígenas foram apenas vítimas do mercantilismo europeu e de políticas que lhes eram externas. Essa visão etnocêntrica colocava a história dos povos indígenas atrelada aos ditames externalistas seja pela Coroa portuguesa, pelas práticas mercantilistas ou pela fé cristã, e que só teria nexos em seus epicentros. As abordagens externalistas contribuíram, tão somente, para o “desaparecimento dos índios” no sentido de esconder suas ações e reações de resistência que significaram as suas práticas políticas de caracteres étnicos.

Trabalhando-se com a documentação jurídica-administrativa emanada da Colônia ou da Metrópole, não há dúvidas de que existem possibilidades de construção de uma “nova história indígena”, e que nos interstícios da política indigenista presente no documento e nos seus processos discursivos é possível dá visibilidade a diferentes iniciativas diante do projeto colonizador.

Nesse contexto, a percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas, só é nova eventualmente para os não-indígenas. Para os indígenas, ela parece ser costumeira. É significativo que dois eventos fundamentais - a gênese do homem branco e a iniciativa do contato – sejam frequentemente apreendidos nas sociedades indígenas como o produto de sua própria ação ou vontade. Assim também a etno-história do contato é amiúde contada como uma iniciativa que parte dos índios. O que isto indica é que as sociedades indígenas pensaram o que lhes acontecia em seus próprios termos, reconstruíram uma história do mundo em que elas pesavam e em que suas escolhas tinham consequências; porém os registros que partem destes pressupostos são escassos.

Sendo assim, o contato entre os povos indígenas do sertão da Paraíba setecentista, com os colonizadores, não pode ser reduzido ao binômio extermínio e mestiçagem. Desde as primeiras relações de escambo, passando pelas inúmeras alianças guerreiras até o desespero causado pelas epidemias, cada povo indígena reagiu aos contatos a partir do seu próprio dinamismo e criatividade. Assim, com o tempo, não só foram criadas novas sociedades e novos tipos de sociedade, como o conhecimento dessa realidade esteve viciado pelo olhar do cronista que desde o início naturalizava essas sociedades, dividindo-as em Tupis, aqueles que falavam a língua geral (o Tupi-Guarani) e eram aliados dos europeus, e os Tapuias, aqueles que falavam diversas línguas e que resistiam ao processo de colonização européia.

Para tanto, na história desse contato, as iniciativas de inúmeras lideranças indígenas em defesa dos interesses se seus povos foram registradas em documentos oficiais e relatos de cronistas, como a guerra dos Potiguara comandados pelo chefe Tejucupapo contra os portugueses no processo histórico da Fundação da Capitania Real da Paraíba em 1585, narrada por Simão Travassos em seu “Sumário das Armadas”. Ou, anos mais tarde, os mesmos Potiguara, comandados pelo famoso Antônio Felipe Camarão, aliando-se agora aos portugueses para expulsar os holandeses do Brasil.

Um outro exemplo importante é o da fundação de quatro vilas de índios nos arredores da atual cidade de João Pessoa (Vila Nova do Pilar, Vila Nova da Baía de São Miguel, Vila Nova do Conde e Vila Nova de Monte-mor), juntando a Vila Nova de Alhandra, a partir do ano de 1766, com o propósito de “[...] republicar os índios, que até então viviam aldeados, no esperso sertão desta capitania, sem aquele regime de vassallos [...]”¹³. Foi feita uma aliança com os povos das etnias Tabajara, mais conhecidos como os “Índios de Jacoca”, Potiguara e Kariri, estes últimos vindos do sertão, para erigir estas quatro vilas, sob controle administrativo dos próprios indígenas, desde que aceitem viver na jurisdição da Real proteção do Rei de Portugal. Entretanto, estas alianças de “paz” não perduraria por muito tempo. Com o aumento da população indígena destas cinco vilas, a população da Cidade da Paraíba (atual João Pessoa) começava a se preocupar com o fortalecimento em contingentes e em números de terras cultiváveis, em contraposição as terras da Cidade, destes índios, e passaram a viver sob constantes ameaças de invasão ou levante como aconteceu na Vila de Montemor-o-Novo:

Eu falo com a experiência do levante da Vila de Montemor-o-Novo, que se puseram em armas postadas no lugar de mais de seiscentos, em que se derramaria muito sangue para subjulgá-los, se não os obrigasse com industriosas máximas com que fiz viu o chefe, Martinho de Veraz e os principais da conspiração acompanhados com cinquenta homens

¹³ Ofício dos oficiais da Câmara da Cidade da Paraíba, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1766, julho, 21, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1800.

PRPG Pré-Reitoria de Pós-Graduação
PIBIC/CNPq/UFCG-2009

armados, a minha presença, onde foram presos, e se juntassem as cinco vilas fariam invencíveis.¹⁴

Ademais, na chamada “Guerra dos Bárbaros” durante o século XVII, as atitudes indígenas de reação à colonização foram complexas, envolvendo articulações diversas entre populações, além de reelaborações socioculturais, como a que permitiu a associação de diversos povos contra os portugueses. Da mesma forma, o processo de territorialização que daí surgiu foi decorrente do tratado de paz e do seu descumprimento pelos colonizadores, tornando as iniciativas de aldeamento meramente circunstanciais. Nesse contexto, a expansão da pecuária sobre as terras dos índios do sertão da Paraíba Colonial, durante o século XVII, acentuou os pequenos conflitos que ocorriam entre colonos e indígenas tidos como Tapuia: os Janduí, Ariú, Icó, Korema, Panati, Paiacu, Kanindé e Kariri. As revoltas na região do Açu, praticadas pelos povos Janduí, por exemplo, resultou das mesmas questões da terra e da invasão do gado. Nestes confrontos, revelou-se a complexidade das relações que os Janduí estabeleciam com os moradores vaqueiros, desenvolvendo táticas de guerra singulares. Entretanto, estes vaqueiros recorriam às bandeiras paulistas, e oficiais das capitanias próximas do Rio Grande, na tentativa de escravização desses índios, os quais resistiram, incansavelmente, aliados dos Canindé, até serem derrotados e entrarem em acordo com os portugueses, tornando-se novos vassallos reais:

Certifico que pela notícia que tem o Governador Geral deste Estado Matias daCunha do grande estrago que o Tapuia bravo tinha feito na Ribeira do Açu, e nas alterações que aos moradores da Cidade do Rio Grande tinha com o levante dos ditos bárbaros com que mataram muita gente e grande quantidade de gado e cana-de açucars de que houve aos ditos moradores perda considerável: ordenou ao capitão-mor da Cidade da Paraíba Amaro Sirqueira, como também as demais capitanias manda vim em socorro de gente para se chegar aos ditos moradores, e fazerem entrada ao Açu...¹⁵

Já em 1752, os indígenas Kariri eram “aliados” ao processo de conquista e povoamento efetuado pelos portugueses nos sertões da Capitania da Paraíba, e por ser um grande grupo étnico, trouxeram inúmeras vantagens para a Coroa portuguesa auxiliando-a na guerra contra os grupos indígenas que não aceitavam acordos de paz com os portugueses como eram os grupos Korema e Pegas, mais adentro desses sertões. Tratava-se, portanto, de indígenas convertidos à doutrina cristã, soldados eficazes dos portugueses, praticando comércio com os mesmos, e tentando conciliar com os colonizadores uma sumária paz, pondo fim a guerras de longa duração na região atualmente chamada de Kariris-Velhos. Do outro lado, a Coroa estimava a capacidade guerreira e de obediência prestada pelos Índios Kariri. Em retribuição, o rei D. José I resolveu premiar os ditos indígenas com várias léguas de terra, conforme há muito tempo requeria o capitão dos Índios Kariri – Manuel Homem da Rocha:

... e depois disto ficarão os capitães agradados e sujeitos aos mesmos brancos e conciliando com estes uma sumária paz, em todas as ocasiões que estes tem tido batalhas com os bárbaros; tem sido os capitães os primeiros que servidos aos maiores perigos souberam conseguir vitórias, mostrando sempre o maior valor e zelo que se pode considerar ...¹⁶

Sendo assim, foram doadas as terras no entorno do sítio Genipapo, as quais se localizavam nas proximidades da aldeia de Campina Grande dos indígenas Ariú, bastante cobiçada por moradores das redondezas, colonos, missionários capuchinhos e outros indígenas. Para garantir a posse definitiva dessas terras, Manuel Homem da Rocha, em requerimento ao Rei D. José I, solicita a demarcação das mesmas e a expulsão dos gados que invadem o sítio da Missão. Entretanto, o gado que invadiu as novas concessões pertence à viúva de um dos conquistadores do sertão paraibano, capitão-mor Teodósio de Olivera Ledo, Dona Cosma Tavares, a qual nega o interesse em tomar as terras dos índios Kariri. O impasse seria

¹⁴ Ofício do governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 1780, abril, 26, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 27, D. 2067.

¹⁵ Certidão do capitão da Companhia de Infantaria da Cidade da Paraíba, Antônio Borges. 1688, junho, 10, Arraial de São Francisco da Ribeira do Açu. AHU_ACL_CU_014, Cx. 2, D. 159.

¹⁶ Requerimento dos capitães dos Índios Kariris, Manuel Homem da Rocha e Francisco Quaresma, ajudante Narciso Cardoso e mais soldados, ao Rei D. José I. ant. 1752, outubro, 5., Lisboa. AHU_ACL_CU_014, Cx. 16, D. 1335.



PRPG Pré-Reitoria de Pós-Graduação
PIBIC/CNPq/UFCA-2009



resolvido com a decisão do Provedor da Fazenda Real, que ao se colocar a favor de uma fidalga portuguesa, D. Cosma, afirmou, preconceituosamente, como homem do seu tempo, que os ditos indígenas se equivocaram em seus requerimentos porque possuíam “uma atitude mesquinha” e são “miseráveis”:

Pelas respostas do Provedor da Fazenda Real e da parte do dito sargento-mor, o qual requer na carta, com um documento no mesmo, no qual está incerto o seu título, tomo conhecimento de que a queixa é afetada e que são os índios que vem introduzir-se nas terras alheias sem título algum, não se contentando com as suas, por não obedecerem na forma das ordens de Vossa Majestade, eles fazem a extensão de seu arbítrio.¹⁷

Tal situação gerou o ódio dos indígenas Kariri aos portugueses, diminuindo as relações estabelecidas com os mesmos, aumentando os conflitos na região, mas garantindo a esta etnia a afirmação da sua etnicidade e a idéia de que precisavam lutar por sua identidade diante de uma horda colonizadora e sobrecarregada de estereótipos.

Para tanto, a partir da expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, em 1759, e com a criação do chamado Diretório dos Índios, a Coroa pretendia promover a emergência de um povo livre, substrato de um Estado português consistente, onde índios e brancos formariam tal povo, enquanto os negros continuariam escravos. Tal idéia não funcionou na prática. Por mais que o Diretório dos Índios proclamasse o respeito à liberdade dos povos indígenas, e que o rei fizesse inúmeros pronunciamentos em prol da paz nas relações entre colonos e indígenas, na prática, averiguou-se uma tentativa de fazer desaparecer os grupos étnicos no processo de relações interétnicas, construídas nas sociabilidades impostas nas vilas e cidades das possessões portuguesas em terras brasileiras (ALMEIDA, 1997).

Nesse contexto, no ano de 1755, os Panati localizados nos chamados Sertões das Piranhas e do Piancó, na Capitania Real da Paraíba, haviam feito aliança com os colonizadores dos sertões devido ao grande número de derrotas em guerras e mortes de suas famílias, em troca da permanência em suas terras. Porém, José Gomes, o capitão destes indígenas, foi acusado pelos moradores da região de furto de gado, e assim iniciaram um processo de expulsão dos Panati de sua grande aldeia para as terras do Paiacú, onde não conseguiram se adaptarem devido ao solo ruim para as suas lavouras, e as inimizades com os “índios hostis” dessas partes, por conta da aliança feita com os portugueses. Resistindo ao impasse, tais indígenas requeriram a devolução de suas terras ao capitão-mor da Capitania da Paraíba, o qual aceitou as reivindicações; e assim eles puderam retornar para Piancó. Os moradores dessa região estavam cobiçosos das terras dos Panati para criarem fazendas de gado, e acabaram por convencer o padre carmelita Teodósio Álvares a esbofetear e dar inúmeras pancadas no capitão José Gomes, o qual morreu com inúmeros ferimentos na cabeça:

... Logo o Comissário Teodósio na vista de todos começou a dar muitas pancadas e bofetadas no capitão-mor dos índios chamado José Gomes por ódio antecedente que lhe tinha em razão de haver o capitão-mor alcançado a tornar para a sua aldeia, de onde injustamente o tinham despejado...¹⁸

Tal episódio foi de grande repercussão não só nos limites da Capitania da Paraíba, mas em várias partes da Colônia, ocasionando até mesmo um pronunciamento do rei D. José I, por escrito e anexado ao documento que nos revelou esses acontecimentos, aos Índios do Brasil:

Atendendo ao que se representa nesse documento, a questão será resolvida castigando os excessos; e fazer acontecer a estes e demais Índios do Brasil a segurança de suas vidas na minha Real proteção... quando os insultarem, ou de algum modo os vexem e inquietem, mandarei proceder contra eles, e castigá-los com todo o vigor que merecem pela sua culpa e por não atenderem a particular proteção com que favoreço aos Índios do Brasil ...¹⁹

Contudo, inúmeras outras práticas de resistência indígenas foram empreendidas ao longo dos anos de colonização do sertão da Paraíba Colonial, como por exemplo, as fugas individuais e coletivas, o suicídio, o

¹⁷ *Idem*, D. 1335.

¹⁸ Carta de Vicente Ferreira Coelho ao rei D. José I. 1755, maio, 5, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 18, D. 1435.

¹⁹ *Idem*, D.1435.



PRPG Pré-Reitoria de Pós-Graduação
PIBIC/CNPq/UFCA-2009



assassinato dos senhores e colonos, a destruição das fazendas de gado e das plantações dos colonos, o estupro, o furto de alimentos como farinha e milho, o casamento com o não-indígena, e até a ressignificação dos valores cristãos para os aspectos relacionados às suas respectivas culturas.

CONCLUSÕES

Chegamos à conclusão de que os estudos sobre a temática Etno-História Indígena ainda é algo que causa estranhamento nos meios acadêmico-científicos do Brasil, principalmente por profissionais da área de história, presos nas estruturas econômicas e sociais das abordagens históricas, que renegam ou esquecem a importância dos grupos étnicos indígenas para a formação do nosso povo, do nosso país, da nossa cultura, e de nossas atitudes. Renegar o estudo da história indígena é também renegar as origens de sua própria história, as origens do passado de seus ancestrais, dos quais você herdou traços genéticos e culturais. Além disso, no mundo contemporâneo onde a globalização está cada dia mais unindo os povos, mesmo que economicamente, mas também proferindo inúmeros pedidos de paz, de respeito às desigualdades, a não violência física e moral, dentre outras coisas; torna-se preciso um contato mais profundo e profícuo, em termos de conhecimento, entre o “Eu” (nós) e o “Outro” (os indígenas), construindo a história de resistência e luta da maioria desses povos.

Até o momento verificou-se, que para se trabalhar com os contatos interétnicos entre indígenas e colonizadores no sertão da Capitania da Paraíba, precisa-se repensar afirmações simplistas de que tais indígenas, nessa região, foram apenas “atores coadjuvantes” do processo de expansão de limites econômico-territoriais dos portugueses. É necessário, sim, valorizar as ações de resistência dos povos indígenas, através da análise documental. Análise esta em que se mergulhe em uma leitura paciente em manuscritos coloniais como a do fundo do Arquivo Histórico Ultramarino, advindos do Projeto Resgate Barão do Rio Branco do Ministério da Cultura.

Porém, a transcrição desses documentos manuscritos exige inúmeros cuidados, como por exemplo, conhecer a história daquela peça documental que se tem em mãos, quais as condições que tal documento foi redigido, com que propósito, por quem e para quem. Os documentos sempre carregam consigo a opinião ou visão de mundo da pessoa ou do órgão que o escreveu; e um dos pontos cruciais do uso dessas fontes reside na necessidade imperiosa de se entender o significado das palavras e das expressões já que se trata de documentos de cunho oficial escritos pela pena dos luso-brasileiros. Afora isso, os borrões, as manchas de tinta, a escrita rebuscada e corrida, os erros de ortografia, a falta dos sinais de pontuação, e tudo o que ficou perdido pela ação das traças nos documentos são as principais dificuldades encontradas.

Contudo, esta pesquisa contribuirá para uma discussão muito pertinente ao nosso próprio tempo: a luta dos povos indígenas por seus direitos. Em outras palavras, a recuperação da história e da memória das populações indígenas atuais revelam sua capacidade cultural de resistirem ao domínio do não-indígena e de se reinventarem, continuando a garantir politicamente seus espaços. Essa mobilização explica as grandes novidades obtidas na Constituição de 1988, que abandona as metas e o jargão assimilacionistas e reconhece os direitos originários dos índios à posse de suas terras.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pela bolsa de Iniciação Científica.

FONTES MANUSCRITASCONSULTADAS

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) Lisboa, Portugal – Documentos microfilmados através do Projeto Resgate Barão do Rio Branco / MINC:



PRPG Pré-Reitoria de Pós-Graduação
PIBIC/CNPq/UFPG-2009

Certidão do capitão da Companhia de Infantaria da Cidade da Paraíba, Antônio Borges. 1688, junho, 10, Arraial de São Francisco da Ribeira do Açú. AHU_ACL_CU_014, Cx. 2, D. 159.
Carta do abade do mosteiro de São Bento da Paraíba, frei Calisto de São Caetano, ao rei D. João V. 1747, abril, 18, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 14, D. 1204.
Ofício do prior do Carmo da Paraíba, João de Santa Rosa. 1747, abril, 17, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 14, D. 1201.
Ofício do guardião do Convento de Santo Antônio da Paraíba, frei Francisco do Padre Eterno. 1747, abril, 17, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 14, D. 1203.
Requerimento dos capitães dos Índios Kariris, Manuel Homem da Rocha e Francisco Quaresma, ajudante Narciso Cardoso e mais soldados, ao Rei D. José I. ant. 1752, outubro, 5., Lisboa. AHU_ACL_CU_014, Cx. 16, D. 1335.
Carta de Vicente Ferreira Coelho ao rei D. José I. 1755, maio, 5, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 18, D. 1435.
Requerimento do Missionário e administrador dos Índios da Aldeia de Jacoca, religioso de São Bento, padre frei Amaro da Purificação, ao rei D. José I. ant. 1757, outubro, 13, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 20, D. 1573.
Ofício dos oficiais da Câmara da Cidade da Paraíba, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1766, julho, 21, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1800.
Ofício do governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 1780, abril, 26, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 27, D. 2067.
Ofício do governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 1784, agosto, 14, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 28, D. 2133.
Carta do governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, à rainha D. Maria I. 1786, abril, 28, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 29, D. 2149.
Carta do governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, à rainha D. Maria I. 1795, maio, 21, Paraíba. AHU_ACL_CU_014, Cx. 32, D. 2328.

FONTES DOCUMENTAIS IMPRESSAS

HERCKMANS, Elias. **Descrição Geral da Capitania da Paraíba**. João Pessoa, A União, 1982.
TRAVASSOS, Simão. **Sumário das armadas**. Campina Grande, FURNE/UFPB, 1983.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500 – 1800)**. 7ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Publifolha, 2000.
ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. Vol. 1. João Pessoa, EDUEPB, 1997
ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília, UnB, 1997.
APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá nas fronteiras do Sertão**. Políticas indígena e indigenista no antigo norte de Goiás, atual Tocantins. Goiânia, Kelps, 2006.
ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. São Paulo, EDUSC, 2000.
BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1997.
DA CUNHA, Manuela Carneiro (org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.
FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 25ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.
GRUPIONI, Luís Donizete (org.). **Índios no Brasil**. 4ª ed. São Paulo, Global; Brasília, MEC, 2000.



PRPG | Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PIBIC/CNPq/UFPG-2009

- JOFFILY, Irineo. Notas sobre a Paraíba. Rio de Janeiro, tipografia do Jornal do Comércio de Rodrigues & C, 1892.
- MONTEIRO, John Manuel. **Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios**. In: NOVAES, Adalto (org.). **A outra margem do ocidente**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- _____. **Negros da Terra - Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- OLIVEIRA, Elza Regis de; MENEZES, Mozart Vergetti de; LIMA, Maria da Vitória Barbosa (orgs.). **Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa**. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2001.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Rompendo o silêncio por uma revisão do desaparecimento dos povos indígenas**". In: Ethnos. Revista Brasileira de Etnohistória. Ano II. N.º. 2. Recife, UFPE, 1998.
- SAHLINS, Marshal. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.
- SANTOS, Francisco Jorge dos. **Conquista: Guerras e Rebeliões Indígenas na Amazônia Pombalina**. 2ª ed. Manaus, Editora da Universidade do Amazonas, 2002.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. (Oficinas da história).
- PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos Bárbaros: resistência, indígena e conflitos no nordeste colonial**. Recife, FUNDARPE, 1990.
- POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial**. Bauru, SP, EDUSC, 2003.
- PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros**. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 2002.
- WUNE, E. Borges. **Abreviaturas paleográficas portuguesas**. 3ª ed. Lisboa, Edições 80, 1981.